

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 14716/2016

Por despacho de 2016.11.23, do Diretor Nacional da Polícia Judiciária, Dr. Almeida Rodrigues:

Nos termos dos pontos 1.º, alínea o) e 2.º do Despacho n.º 2968/2016, de 26 de fevereiro e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, subdelego no Inspetor-Chefe, Licenciado Rogério Matos Bravo, a competência para assinar o *ECTEG CREATION ACT*, em representação da Polícia Judiciária, na cerimónia que terá lugar em La Hulpe, na Bélgica, em 24 de novembro de 2016.

O presente despacho entra em vigor no dia da respetiva publicação e produz efeitos a 24 de novembro de 2016.

24 de novembro de 2016. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, Chefe de Área.

210052256

CULTURA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 14717/2016

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 123/84, de 13 de abril, atribuí, em 9 de setembro de 2016, a Medalha de Mérito Cultural a Jean-Loup Passek, de nacionalidade francesa, personalidade destacada da cultura cinematográfica em França e em toda a Europa, autor de vasta bibliografia especializada sobre cinema europeu e mundial, fundador do Festival International du Film de La Rochelle e grande divulgador no Centro G. Pompidou, em Paris, onde foi conselheiro de cinema durante largos anos, tendo coordenado também a secção Câmara de Ouro do Festival de Cinema de Cannes, em reconhecimento do inestimável trabalho de uma vida dedicada à divulgação do cinema e, em particular, à divulgação internacional do cinema português, e em reconhecimento do gesto, de grande importância e simbolismo, do legado das suas coleções ao nosso país, génese do atual Museu do Cinema de Melgaço — Jean-Loup Passek, e por ocasião do ciclo de homenagem que lhe foi prestado na Cinemateca-Portuguesa/Museu do Cinema.

25 de novembro de 2016. — O Ministro da Cultura, *Luís Filipe Carriho de Castro Mendes*.

210051868

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Aviso n.º 15245/2016

Recrutamento por recurso à mobilidade na categoria com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior para o exercício de funções na Direção de Serviços de Gestão de Recursos e Informação do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais.

1 — O Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, pretende recrutar mediante o recurso à figura da mobilidade interna prevista nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, um técnico superior, com licenciatura em Gestão e/ou Administração ou Contabilidade, para ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado, com vista ao desempenho funções na Direção de Serviços de Gestão de Recursos e Informação, com a seguinte caracterização:

1.1 — Caracterização do Posto de Trabalho:

Experiência no acompanhamento e controlo da execução do orçamento da responsabilidade do Serviço; análise financeira e elaboração de documentos de prestação de contas; consulta, interpretação e avaliação dos documentos orientadores e demais legislação de suporte às atividades de administração e execução do orçamento; elaboração de relatórios de gestão e de execução; elaboração de propostas e informações com conhecimento da legislação específica que rege as áreas de gestão e contabilidade públicas; experiência de utilização de GeRFIP ou de outras aplicações contabilísticas; recolha e reporte de informação, em interface com a Direção -Geral do Orçamento, Autoridade Tributária

e Aduaneira, Segurança Social, Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E. e Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP); registo, controlo e reconciliação dos movimentos bancários;

Conhecimentos sobre o Código de Contratação Pública e prática na elaboração de peças de procedimento no âmbito de procedimentos de contratação pública por Ajuste Direto, Concursos Públicos e via Acordos Quadro;

Instrução de candidaturas e acompanhamento de projetos com financiamento comunitário.

2 — Tipo de Oferta: Mobilidade interna, com possibilidade de consolidação nos termos da lei, caso o trabalhador venha a adaptar-se à equipa e ao tipo de funções e atividades supramencionadas.

3 — Requisitos de Admissão:

3.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;

3.2 — Estar integrado na carreira Técnica Superior;

4 — Requisitos específicos de admissão:

4.1 — Habilitações: Licenciatura em Gestão e/ou Administração ou Contabilidade.

4.2 — Perfil Valorizado: Experiência profissional no exercício de funções similares; bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador; capacidade de organização, rigor na análise, sentido crítico, autonomia e espírito de iniciativa; capacidade de cooperação e de trabalho em equipa e em ambiente multidisciplinar.

5 — Método de Seleção: A apreciação de candidaturas será efetuada com base na avaliação curricular e, opcionalmente, será seguida de entrevista profissional de seleção.

6 — Remuneração: Idêntica à que o trabalhador auferir no Serviço ou Organismo de origem, nos termos dispostos no artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

7 — Local de Trabalho: Direção de Serviços de Gestão de Recursos e Informação do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), sito na Rua Dom Francisco Manuel de Melo, 15, em Lisboa.

8 — Prazo e forma de apresentação e de envio das candidaturas: os interessados devem, no prazo de 10 dias contados da publicação do presente aviso, enviar requerimento dirigido à Sra. Diretora Geral do GEPAC, endereçado para o edifício sede, sito na Rua Dom Francisco Manuel de Melo, 15, 1070-085 Lisboa, através de carta registada com aviso de receção, ou via correio eletrónico, para o endereço geral@gepac.gov.pt, com a menção expressa da modalidade da relação jurídica de emprego detida, da carreira, da posição e nível remuneratórios. Deve ainda ser indicado o endereço eletrónico e número de telefone para posterior contacto.

9 — Documentos que acompanham a candidatura:

9.1 — Currículo profissional detalhado;

9.2 — Fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias;

9.3 — Declaração atualizada do Serviço ou Organismo de origem, com a menção expressa do vínculo, da carreira/categoria detida, da posição e nível remuneratórios e da correspondente remuneração mensal.

10 — Publicitação: A presente oferta de emprego será igualmente publicitada em www.bep.gov.pt, no 1.º dia útil seguinte à presente publicação.

22 de novembro de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor*.

210052142

Despacho n.º 14718/2016

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 47/2012, de 28 de fevereiro, que aprova a estrutura orgânica do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), e os termos do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 136/2012, de 10 de maio, que estabelece a sua estrutura nuclear, as unidades orgânicas do GEPAC são dirigidas por diretores de serviços, cargos de direção intermédia de 1.º grau;

Considerando que o recrutamento de dirigentes intermédios de 1.º grau se efetua de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam, no mínimo, seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que na sequência da cessação da comissão de serviço, a seu pedido, do anterior diretor de serviços da Direção de Serviços de Assessoria Jurídica e Contencioso, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, importa dar continuidade ao conjunto de competências

cometidas a esta unidade orgânica, garantido o seu regular e normal funcionamento;

Considerando que a licenciada Maria da Conceição Leão Batista é possuidora de um currículo profissional revelador de que a mesma detém o conhecimento e a experiência, bem como o perfil adequado ao exercício do cargo de diretora de serviços da Direção de Serviços de Assessoria Jurídica e Contencioso;

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º e artigo 4.º da Portaria n.º 136/2012, de 10 de maio, e nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, designo a licenciada Maria da Conceição Leão Batista, em regime de substituição, para exercer o cargo de direção intermédia de 1.º grau, como diretora de serviços da Direção de Serviços de Assessoria Jurídica e Contencioso, e até à designação em comissão de serviço, precedendo procedimento concursal do respetivo titular.

2 — A presente designação tem como suporte a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos a 19 de setembro de 2016.

30 de setembro de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor*.

Nota Curricular

Dados pessoais

Nome: Maria da Conceição Leão Batista;
Nacionalidade: Portuguesa
Naturalidade: Lapa, Lisboa
Data de nascimento: 2 de outubro de 1967

Formação Académica

Doutoranda em Ciência Política, especialização em Política Públicas, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Curso de Auditores de Defesa pelo Instituto da Defesa Nacional;
Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa;

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Experiência profissional relevante para o exercício do cargo

Inspetora da Inspeção-Geral de Finanças desde 1992, onde desempenhou as seguintes funções:

Área da Coordenação dos Controlos Comunitários — Inspetora de Finanças Chefe entre 2001 e 2007 com responsabilidades, designadamente, no domínio dos controlos ex post FEAGA; luta contra a fraude cometida em detrimento do orçamento comunitário e comunicação de irregularidades ao OLAF; certificação das contas dos organismos pagadores do FEAGA e do FEADER; acompanhamento de missões comunitárias da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu.

Área da Avaliação e Recursos Humanos — Realização de ações de auditoria e de apoio técnico especializado no âmbito de aplicação do Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública (SIADAP), da Lei dos vínculos, carreiras e remunerações (LVCR), do Regime do contrato de trabalho em funções públicas (RC-TFP), e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP);

Área do Controlo Financeiro Público — Realização de ações de auditoria e de apoio técnico especializado no domínio das medidas de contenção da despesa pública, sistemas remuneratórios na administração central, direta e indireta, e contratação pública.

Secretaria de Estado da Administração Pública — Adjunta e Chefe do Gabinete em substituição: Acompanhamento da 11.ª avaliação da Troika (UE; BM e FMI), e intervenções nas áreas dos sistemas remuneratórios da Administração Pública, aquisições de serviços, controlo orçamental da despesa pública, preparação da Agenda das Reuniões de Secretários de Estado e Conselho de Ministros, procedimento legislativo nomeadamente: LTFP; Tabela Remuneratória Única; Revisão dos Suplementos Remuneratórios.

Assembleia da República — Assessora da Comissão dos Assuntos Europeus: Preparação de reuniões, elaboração de atas, elaboração de notas técnicas no âmbito do processo legislativo, elaboração de notas técnicas no quadro do escrutínio de iniciativas comunitárias, implementação da nova metodologia de escrutínio, análises e pareceres jurídicos à luz do direito comunitário aplicável. Louvor por serviços prestados atribuído Senhora Presidente da Comissão, Deputada Regina Bastos.

Experiência internacional:

Conselho e Comissão da União Europeia — Participação e intervenção enquanto porta-voz da delegação Portuguesa em variados grupos

e comités no âmbito da luta contra a fraude e dos controlos ex post FEAGA;

Perita da União Europeia (TAIEX/DGEnlargement) — Missões de cooperação no domínio da política de alargamento realizadas na Macedónia, Croácia e Turquia;

Perita do Ministério das Finanças (PICATfin) — Missões de Assistência técnica na Guiné Bissau e em Angola;

Consultora independente da União Europeia — Avaliação das Finanças Públicas de São Tomé e Príncipe (2013), Moçambique (2015) e Cabo Verde (2016) de acordo com o método PEFA (Public Expenditure and Financial Accountability).

Formação profissional relevante para o exercício do cargo

Realização dos seguintes cursos: Programa de formação em gestão pública (FORGEP); Avaliação do Desempenho; Auditoria baseada na Análise de Risco; Gestão por Objetivos; Balanced Scorecard aplicado à Função Pública, Planeamento; Monitorização e Avaliação de Programas; O Novo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas; O Novo Regime de Vínculos e Carreiras; O Sistema Integrado de Avaliação e Gestão do Desempenho — SIADAP; Finanças Públicas e Gestão Orçamental; Contratação Pública; Gestão Antifraude.

210052101

CULTURA E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Biblioteca Nacional de Portugal

Aviso n.º 15246/2016

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 28 de outubro de 2016, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na carreira e categoria de assistente operacional, no mapa de pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, com efeitos a 1 de novembro de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, tendo sido celebrados os respetivos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, das trabalhadoras a seguir indicadas:

Nome	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Rosa Maria da Costa Soares Frutuoso . . .	Entre 7.ª e 8.ª	7 e 8
Maria da Conceição de Sousa Almeida Bastos	Entre 6.ª e 7.ª	6 e 7
Maria Elvira Rodrigues Pinto de Sousa	Entre 6.ª e 7.ª	6 e 7
Elisabete Portela Dantas Maravilha . . .	Entre 4.ª e 5.ª	4 e 5

21 de novembro de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.

210050969

Aviso n.º 15247/2016

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 18 de outubro de 2016, precedido de pareceres favoráveis do trabalhador e do respetivo serviço de origem, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria de assistente operacional de Hugo Miguel Marcelino Pereira, no mapa de pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, ao abrigo do disposto no artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, tendo sido celebrado contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de novembro de 2016, mantendo o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, ou seja, entre a 2.ª e 3.ª posição remuneratória da carreira de assistente operacional e entre os níveis 2 e 3 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

22 de novembro de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.

210050952